

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E GERENCIAIS

**A REGÊNCIA, AS REVOLTAS E AS CONTRADIÇÕES DO LIBERALISMO
NO BRASIL DURANTE O PERÍODO REGENCIAL**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JEAN PAULO DA SILVA VILAGRAND

Mariana

Agosto/2023

JEAN PAULO DA SILVA VILAGRAN

**A REGÊNCIA, AS REVOLTAS E AS CONTRADIÇÕES DO LIBERALISMO
NO BRASIL DURANTE O PERÍODO REGENCIAL**

**Trabalho de conclusão submetido ao Curso
de Graduação em Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Ouro Preto como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Economia.**

**Orientador: Prof. Dr. Daniel do Val
Cosentino**

Mariana

Agosto/2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

V695r Vilagrando, Jean Paulo Da Silva.
A regência as revoltas e as contradições do liberalismo no Brasil durante o período regencial. [manuscrito] / Jean Paulo Da Silva Vilagrando.
- 2023.
25 f.

Orientador: Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Economia - História - Brasil. 2. Liberalismo. 3. Política econômica - Brasil. 4. Regência - Brasil. I. Cosentino, Daniel do Val. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 33(091)(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Jean Paulo da Silva Vilagrand

A REGÊNCIA, AS REVOLTAS E AS CONTRADIÇÕES DO LIBERALISMO NO BRASIL DURANTE O PERÍODO REGENCIAL

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 1 de setembro de 2023

Membros da banca

Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino - Orientador - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira de Oliveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 01/09/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel do Val Cosentino, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/09/2023, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0584321** e o código CRC **052A0FF7**.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o arranjo político no período regencial da história brasileira, compreendido entre os anos de 1831 à 1840, através de uma pesquisa dos principais agentes envolvidos na tomada de decisões do que diz respeito a política econômica, além de tentar entender as possíveis motivações por trás das medidas econômicas que desencadearam a série de revoltas e conflitos ocorridas por todo o país durante este período.

Palavras-chave: Brasil Regência, Política Econômica, Pensamento Econômico Brasileiro, Século XIX, Liberalismo.

ABSTRACT

This study's objective is to analyze the political landscape of the Regency Period of Brazilian history, through a research of the main actors involved in the decision making of the government, specially those pertaining the country's economy during this period, while also attempting to unearth the possible motivations behind its economic measures, that resulted in numerous revolts across the country.

Key-words: Regency, Political Economy, Brazilian Economic Thought, Nineteenth Century, Liberalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: O PERÍODO REGENCIAL E AS REGÊNCIAS.....	10
CAPÍTULO 2: AS REVOLTAS DURANTE O PERÍODO REGENCIAL.....	15
CAPÍTULO 3: PENSAMENTO ECONÔMICO E AS CONTRADIÇÕES DO LIBERALISMO NO BRASIL IMPÉRIO.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

INTRODUÇÃO

O Período Regencial é considerado um dos capítulos mais conturbados da história do Brasil, e com razão. Entre inúmeras revoltas e complôs políticos, o Brasil se encontrou mergulhado em conflitos regionais, resultados de um país politicamente instável. Uma grande parcela da população se mostrando descontente com a situação em que se encontravam, pois a maioria das comunidades fora da região sudeste vivia em péssimas condições.

Isso se deve, em grande parte, a polarização política na época, pois de um lado, havia o grupo dos moderados, que buscavam um meio termo entre o velho e o novo, almejando maior liberdade econômica ao mesmo tempo que queriam manter a configuração social do país, da qual eram os mais beneficiados; do outro, os exaltados, que defendiam mudanças radicais na sociedade brasileira, como a diminuição do poder da corte e o fim da escravidão.

Apesar das diferentes perspectivas, estes dois grupos viam no liberalismo a possibilidade de moldar o futuro do país; e assim, exaltados e moderados travaram inúmeras batalhas tanto dentro quanto fora da arena política, com estes embates muitas vezes escalando e se tornando manifestações e levantes populares.

Desta forma, este trabalho tem como intuito analisar os diferentes grupos envolvidos no conflito por poder durante o período regencial e suas principais influências políticas e filosóficas, e para atingir este objetivo, ele está dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo serve como introdução ao século XIX, sendo usado para contextualizar o período regencial, começando com as circunstâncias que levaram à abdicação de D. Pedro I, descrevendo as circunstâncias que levaram o imperador a abandonar o trono e os grupos por trás dos manifestos populares que resultaram na abdicação; além disso, no mesmo capítulo são introduzidos os principais agentes políticos deste período, assim como quais escolas políticas e econômicas estes grupos seguiam. Também são abordadas as diferentes

fases do período regencial, desde as regências trinas provisória e permanente, até as regências unas de Feijó e Araújo Lima.

O segundo capítulo aborda as revoltas ocorridas no período regencial, destacando as principais rebeliões e analisando suas causas, conectando-as aos grupos políticos abordados e com as medidas políticas adotadas pela regência.

Já no terceiro capítulo, é realizada uma análise das raízes do pensamento econômico brasileiro, estudando os principais e mais influentes autores liberais da época, com o intuito de entender a origem das diferentes vertentes de liberalismo seguidas pelas principais facções políticas do período regencial.

CAPÍTULO 1

O PERÍODO REGENCIAL E AS REGÊNCIAS

O objetivo deste capítulo é contextualizar o início do Período Regencial no Brasil, e para isso, é necessário destacar os acontecimentos que levaram à implementação da Regência: os protestos de 1831, que ultimamente levaram à abdicação de D. Pedro I e o fim do Primeiro Reinado.

Em “O Brasil Imperial Volume II – 1831 - 1870”, Marcello Basile (2008) descreve os anos que precedem a Regência como um período complexo e conflituoso para o país, onde a insatisfação crescente de várias camadas e grupos da sociedade com o imperador D. Pedro I começou a convergir, dando início a diversos protestos populares que tinham como intuito demonstrar o descontentamento da população com a situação do país.

Essa insatisfação era causada por diversos fatores, como a instabilidade política, principalmente em regiões que a coroa tinha dificuldade de controlar; a dificuldade em lidar com os conflitos e guerras ocorridas no período, especialmente a Guerra da Cisplatina; e seus ideais abolicionistas, que iam diretamente contra os interesses do parlamento, composto majoritariamente por senhores de escravos.

Além disso, os ideais liberais haviam se popularizado no país, graças principalmente aos esforços de dois agentes: José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, que desde o início do século XIX, se empenhava em trazer ao Brasil diversos livros sobre o liberalismo econômico e publicar várias obras sobre este tema. Cyril Lynch (2007) destaca como a primeira obra publicada no Brasil foi exatamente um artigo sobre as vantagens da liberdade comercial, escrito pelo próprio Visconde de Cairu; e Hipólito José da Costa, que através do seu jornal o *Correio Brasiliense*, ajudou a difundir o ideário político liberal, introduzindo ao país noções como a reforma da monarquia e a liberdade de imprensa.

Com isso, o pensamento liberal se via cada vez mais difundindo entre diversas camadas da sociedade brasileira, desde políticos, militares, funcionários públicos até civis, que se viam pouco representados na elite política imperial e por esse motivo, se mostravam descontentes com o governo vigente, e mesmo

as medidas de cunho liberal implementadas pelo primeiro império na segunda metade da década de 1820 não foram suficientes para acalmar os ânimos dos políticos liberais mais radicais, que ansiavam por menor poder da corte e um aumento na autonomia regional.

Estes protestos foram se intensificando, ficando cada vez mais constantes e atraindo outros segmentos da população, chegando até mesmo a contemplar as massas populares, até então pouco envolvidas com a vida política. Esta convulsão social atingiu seu ápice com o evento conhecido como 7 de Abril, protesto este que reuniu cerca de 4 mil pessoas nas ruas, e que foi encabeçado pelos grupos políticos dos *liberais exaltados* e *moderados*, facções políticas com visões e ideais distintos, mas temporariamente unidas pelo desejo mútuo de se fazer oposição contra o Império.

Diante de tais protestos, o então Imperador D. Pedro I viu-se sem escolha, e, no meio da madrugada do dia 7 de abril de 1831, receosamente entregou sua carta de abdicação, deixando o trono para o seu filho D. Pedro II, então com apenas 5 anos de idade. Poucas horas depois, os parlamentares presentes na corte já estariam escolhendo os membros que comporiam a Regência Trina Provisória e assim dariam início ao Período Regencial, previsto por lei e que duraria até que D. Pedro II atingisse a maioridade.

Foram escolhidos três senadores para compor a Regência Trina Provisória: Francisco de Lima e Silva, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos. Todos os três faziam parte do grupo dos *liberais moderados*, e com isso, ficou claro que a aliança entre eles e o grupo dos *liberais exaltados* foi nada mais que um arranjo temporário, e nunca houve intuito algum de mantê-lo após o seu objetivo ter sido atingido.

Desta forma, com a dissolução da aliança entre as facções liberais, ambos grupos voltaram a se opor dentro da arena política, pois por mais que ambos lados se denominassem liberais, o pensamento político e econômico de ambos não podia ser mais diferente. Os *liberais moderados*, Segundo Basile, eram em sua maioria conservadores, e prezavam a manutenção da ordem imperial, tendo a seguinte linha de pensamento:

“(...) os moderados apresentavam-se como seguidores dos postulados clássicos liberais, tendo em Locke, Montesquieu, Guizot e Benjamin Constant suas principais referências doutrinárias; almejavam (e conseguiram) promover reformas político-institucionais para reduzir os poderes do imperador, conferir maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário, e garantir a observância dos direitos (civis, sobretudo) de cidadania previstos na Constituição, instaurando uma liberdade “moderna” que não ameaçasse a ordem imperial.”

(Basile, 2008, Pág: 61)

Este desejo de manter a ordem imperial ia diretamente contra a linha de pensamento dos *liberais exaltados*, que defendiam uma vertente muito mais radical do liberalismo, praticamente incompatível com um estado monárquico, pois eram a favor de maior autonomia das províncias, além de defenderem outras medidas controversas, como a abolição gradual da escravidão. Os *exaltados* são descritos da seguinte forma pelo autor:

“adeptos de radical liberalismo de feições jacobinistas, matizadas pelo modelo de governo americano, estavam os exaltados, que, inspirados sobretudo em Rousseau, Montesquieu e Paine, buscavam conjugar princípios liberais clássicos com ideais democráticos, pleiteavam profundas reformas políticas e sociais, como a instauração de uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os segmentos livres da sociedade, o fim gradual da escravidão,

relativa igualdade social e até uma espécie de reforma agrária.”

(Basile, 2008, Pág: 61)

Desta forma, não é de se surpreender que ambos os lados protagonizariam diversos embates na arena política. Além disso, uma terceira facção viria a se formar ainda durante o Período Regencial, denominada de *caramurus*. Basile os descreve da seguinte maneira:

“(...) alinhados à vertente conservadora do liberalismo, tributária de Burke, eram contrários a qualquer reforma na Constituição de 1824 e defendiam monarquia constitucional firmemente centralizada, nos moldes do Primeiro Reinado, em casos excepcionais chegando a nutrir anseios restauradores.”

(Basile, 2008, Pág: 61)

Através destes três grupos, podemos ver as diferentes interpretações de liberalismo que permeavam o cenário político brasileiro na época, com a linha de pensamento dos *liberais moderados* e *caramurus* sendo o que o político Rodrigo de Souza Coutinho descreveu na época como “buscavam o novo, mas simultaneamente queriam manter o antigo”, apontando a contradição existente na linha de pensamento destas facções que pregavam o liberalismo econômico ao mesmo tempo que defendiam o conservadorismo político.

Assim que a Assembléia Geral retornou do recesso, confirmou-se o que os *exaltados* temiam: com a eleição da Regência Trina Permanente ocorrendo em 17 de junho de 1831, e elegendo o brigadeiro Francisco de Lima e Silva, único membro da Regência Trina Provisória a ser mantido, com as outras duas cadeiras sendo ocupadas pelos deputados João Braulio Muniz e José da Costa Carvalho, ambos também *moderados*, a Regência permaneceu sob poder de seus rivais. Para piorar a situação dos *exaltados*, os *moderados* tiveram outra vitória com a nomeação de Diogo Antônio Feijó, um de seus membros mais conservadores, para o cargo de Ministro da Justiça, cadeira de extrema

importância no momento conturbado em que o país se encontrava, e que possibilitou a criação da Guarda Nacional em 1832, que viria a ser uma das principais armas do governo regencial contra as revoluções que estavam por vir.

O mesmo Diogo Antônio Feijó viria a concorrer, anos depois, na primeira eleição para regente único, ocorrida em 1835, e nela derrota seu oponente, o *exaltado* Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, dando início à Regência Una de Feijó. Este período foi marcado pelo início de duas das maiores revoltas do Período Regencial: a Cabanagem, que teve início em 6 de janeiro de 1835 no Pará, e a Revolução Farroupilha, que estourou na região sul do país em 20 de setembro de 1835.

A Regência Uma de Feijó, porém, não duraria muito: entre as rebeliões que eclodiram no país durante seu governo, os constantes ataques políticos provindos de seus adversários e sua saúde frágil, Diogo Feijó não conseguiu governar da forma como ele e seus aliados esperavam, vindo a renunciar do cargo de regente em 19 de setembro de 1837 e nomeando o conservador Pedro de Araújo Lima como seu substituto, formalizando assim o início da Regência Interina.

Um ano depois, Pedro de Araújo Lima seria eleito regente único, ao vencer Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, que decidira concorrer novamente ao cargo, nas eleições ocorridas em 1838. A Regência Una de Araújo Lima ficou conhecida pela nomeação de um quadro de ministros majoritariamente conservadores, e com isso trouxe o fim de diversas políticas liberais implementadas anteriormente, além de acirrar o combate das revoltas que estavam em andamento pelo país, escolhendo reprimir muitas delas de forma violenta e conseguindo assim abafá-las rapidamente.

Dessa forma, a elite política brasileira nesse período se encontrava, em sua maioria, dividida entre duas vertentes liberais distintas, e essa polarização foi a principal causa de muitas das rebeliões e manifestações que estourariam durante este período.

CAPÍTULO 2

AS REVOLTAS DURANTE O PERÍODO REGENCIAL

Com o cenário de instabilidade política apresentado, não é de surpreender que o período regencial foi marcado por diversas revoltas e manifestações por todo o território brasileiro. A polarização política misturada com a crescente pressão advinda da insatisfação das massas populares, principalmente com as taxações implementadas pelo governo regencial e a instalação de presidentes provinciais pelo país, por diversas vezes eclodiu em manifestações violentas, de proporções e duração variadas, e em sua maioria organizadas ou influenciadas pelos grupos dos *exaltados* ou *caramurus*, que eram minoria política e desta forma não haviam como bater de frente na arena política contra o poder que os *moderados* haviam acumulado durante a transição do Primeiro Reinado para o Período Regencial.

Entre as revoltas ocorridas durante o período regencial, merecem destaque pelas suas proporções, efeitos e duração a *Cabanagem*, a *Balaiada*, a *Sabinada* e a *Revolução Farroupilha*.

A *Cabanagem*, ocorrida no Pará entre 1835 à 1840, e misturou tanto as camadas mais pobres da sociedade, compostas majoritariamente por minorias raciais que lutavam contra males como a doença e a fome e protestavam contra a desigualdade social, quanto fazendeiros brancos e parte da classe média da região, que estavam insatisfeitos com o pouco poder político que a região tinha e sua falta de influência na tomada de decisões após a instalação dos governos provinciais. Ricci (2006) apresenta relatos que ditam ser possível encontrar, entre os cabanos, “desde o índio puro até as mais variadas formas de mestiçagem com pretos e brancos”, representando perfeitamente o poder desse movimento, que unificou diferentes grupos da região contra o governo regional.

A *Balaiada*, ocorrida no Maranhão entre 1838 e 1841, e contou com a participação de escravos, camponeses, índios entre outros grupos vulneráveis, que protestavam contra a pobreza generalizada que assolava a região e a tirania política regional advinda da implementação da Lei dos Prefeitos, que conferia aos presidentes das províncias total controle sob as prefeituras da região e permitindo-os a nomeação de prefeitos sem qualquer tipo de eleição, poder esse

que era abusado pelos mesmos para conferir cargos à parentes, amigos e até a si próprios.

A *Sabinada*, ocorrida na Bahia entre 1837 e 1838, eclodiu devido ao forte sentimento de descontentamento que permeava a população baiana, com a região estando em constante crise, tanto política quanto econômica, desde o primeiro reinado. Além disso, as intervenções do governo na região de nada serviram fora para agravar ainda mais a situação, como a implementação dos presidentes provinciais, que apenas reduziram a autonomia da região, quanto durante o alistamento obrigatório que ocorreu na região devido à Guerra dos Farrapos. Tais medidas afetavam principalmente as comunidades mais vulneráveis da região, fazendo com que eles se unissem sob o comando de Francisco Sabino e tomassem a Câmara Municipal, onde declararam independência do governo regencial.

A *Revolução Farroupilha*, ocorrida no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845, foi a mais longa das revoluções ocorridas no Período Regencial, e teve como principal causa a insatisfação dos gaúchos com as políticas e medidas econômicas implementadas pelo governo, que ameaçavam a autonomia da qual os gaúchos gozavam. A implementação de presidentes provinciais e as políticas econômicas liberais implementadas no período regencial afetaram duplamente as margens de lucro dos produtores sulinos, pois houve tanto um aumento no imposto sob o sal importado, necessário para fabricar o charque, quanto uma redução no imposto de importação da carne bovina uruguaia, principal concorrente do charque gaúcho.

Com isso, os senhores da terra gaúchos começaram a se sentir extremamente prejudicados, e passaram a exigir políticas econômicas protecionistas, pois só assim poderiam competir com os preços estrangeiros. Estas exigências, porém, não iam a lugar algum, pois não só os gaúchos tinham pouquíssima representatividade dentro do governo regencial, que era composto majoritariamente por políticos, produtores e fazendeiros de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas essas exigências iam diretamente contra os interesses dos mesmos, o que tornava a situação mais revoltante ainda para os sulistas e levando-os ao ponto de ruptura que deu início a revolução separatista.

Como podemos ver pelos exemplos acima, não só a instalação dos presidentes provinciais teve consequências catastróficas em várias regiões do país, mas algumas das políticas econômicas liberais também tiveram impacto negativo principalmente nas populações menos afortunadas, causando assim convulsões sociais principalmente fora da região sudeste, onde estava concentrada a maior parte da riqueza do Brasil.

CAPÍTULO 3

PENSAMENTO ECONÔMICO E AS CONTRADIÇÕES DO LIBERALISMO NO BRASIL IMPÉRIO

Com a maior parte do poder político durante o período regencial concentrado nas mãos dos *liberais moderados*, que seguiam uma interpretação peculiar de liberalismo econômico mesclado com conservadorismo político e preocupado em manter o *status quo* da sociedade brasileira, monárquica e escravista, a tomada de decisões no que diz respeito à economia foi influenciada por essa contradição.

E o motivo pelo qual essa visão de liberalismo *à moda brasileira* ter sido a filosofia dominante durante a Regência pode ser traçada à dois nomes já citados anteriormente: José da Silva Lisboa, vulgo Visconde de Cairu, e Hipólito José da Costa.

José da Silva Lisboa foi um pensador e autor brasileiro do século XIX. Após seu primeiro contato com o pensamento liberal enquanto ainda trabalhava como professor, através de uma cópia da tradução de *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, de Adam Smith, ele se tornou um verdadeiro discípulo de Adam Smith, e se aprofundou cada vez mais no estudo do liberalismo econômico.

Entre suas obras e feitos, vale a pena destacar seu trabalho como Censor Régio da corte, cargo que o permitiu introduzir a Economia Política para dentro da tipografia oficial do país, ato que com que o primeiro livro publicado no Brasil fosse um livro de economia, escrito por ele mesmo, chamado de *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, publicado em dois volumes lançados em 1808 e 1809.

Sua influência sob a Imprensa Régia foi tanta, que segundo Rubens Borba de Moraes, José da Silva Lisboa foi o autor que mais teve obras publicadas pelo órgão do governo. Além disso, graças a sua influência, outras obras de Economia Política também foram publicadas pela primeira vez em solo brasileiro, como o *Compêndio da obra Riqueza das nações* de Adam Smith, e o *Discurso*

fundamental sobre a população – Economia política Moderna, de Jean Herrenchwand.

Porém, o pensamento de Silva Lisboa ainda sim tinha caráter moderado, com o mesmo sendo contrário à mudanças radicais e, por este motivo, por mais que defendesse o trabalho livre, ele tentava conciliar em suas obras o liberalismo econômico com a sociedade escravista em que vivia. Sobre a escravidão, Silva Lisboa dizia que “nas colônias da América onde o uso ou a inculcada necessidade de um clima ardente faz continuar o cativeiro dos negros da África pareceria justo que o soberano desse eficaz proteção ao escravo contra a tirania dos seus senhores”. A partir deste trecho, é possível ver como Silva Lisboa via a escravidão como algo inevitável em virtude da geografia do país, e para ele, era dever do Estado intervir para proteger os escravos, mas em suas palavras, somente “quando os maltratassem com severidades, sevícias, excesso de trabalho, falta de subsistência e curativo, como é provido pelas leis romanas”.

Isso porque, por mais que Silva Lisboa fosse um amante da economia política e de seus ideais de liberdade, esses ideais iam em direção contrária à toda a energia que a economia escravista brasileira apresentava, e por este motivo, ele não conseguia simplesmente negar ou abandonar a escravidão em suas obras, e, para não se contradizer completamente com a sociedade onde vivia, se limitava somente a defender a mitigação da escravidão, que para ele, era função do Estado. Desta forma, ele achou um modo de acomodar à sociedade em que vivia os pressupostos ideológicos da Economia Política sobre o caráter nocivo da escravidão, que por sua vez era refletida vertente de liberalismo seguida pelos *liberais moderados e caramurus*.

Já Hipólito José da Costa, escritor e jornalista brasileiro, foi importante para a formação do pensamento econômico brasileiro devido às suas publicações no *Correio Braziliense*, considerado o primeiro jornal do Brasil, onde veiculava seus ideais liberais. Influenciado fortemente pelo movimento iluminista com o qual teve contato durante sua estada na Europa, Hipólito da Costa usou o *Correio Braziliense* para se posicionar contra o governo colonial e defender o liberalismo econômico e político.

De fato, segundo Cinque & Periotto (2005), em seu primeiro artigo no *Correio Braziliense*, em 1808, Hipólito da Costa já prometia “proporcionar aos brasileiros os conhecimentos que os arrancariam da escuridão imposta pelo atraso da vida colonial e os remetia a um estado de profunda ignorância”, demonstrando assim suas opiniões radicais e insatisfação com a situação corrente de seu país, que ainda era fortemente influenciado pelo conservadorismo português.

Ao longo das quase duas décadas em que o *Correio Braziliense* foi publicado, José da Costa abordou diversos temas, onde mostrava suas opiniões muitas vezes polêmicas sobre vários assuntos, como pode ser visto em suas análises sobre tratados comerciais. Segundo Almeida (2005), Hipólito se mostrava desconfiado do livre-cambismo e da abertura comercial irrestrita, e por este motivo sempre foi muito crítico aos tratados realizados em 1810 entre Portugal e Inglaterra, pois estes não eram igualmente vantajosos para ambos os lados, sendo benéfico mais para a Inglaterra do que para Portugal.

Outro tema que mostrava suas fortes opiniões era a escravidão: ao contrário de outros escritores da época, Hipólito da Costa não escondia seus ideais abolicionistas, e constantemente reforçava a necessidade de adoção de práticas mais avançadas de produção no Brasil, baseadas no trabalho livre, já que segundo ele, somente assim o país sairia da estagnação econômica na qual se encontrava, pois “basta lembrar que os senhores que possuem escravos vivem, em grandíssima parte, na inércia, pois não vêm precisados pela fome ou pobreza a aperfeiçoar a indústria, ou melhorar sua lavoura”.

Além disso, outro tema constantemente abordado pelo jornal era a independência do Brasil. Para Hipólito da Costa, o livre comércio e a manufatura eram essenciais para o desenvolvimento e progresso do país, mas para isso, seria necessário primeiro uma ressignificação das relações entre Brasil e Portugal. É importante ressaltar aqui, porém, que ele não falava numa total ruptura entre os dois países, mas sim apenas uma reestruturação, mostrando um viés moderado no pensamento de Hipólito.

De fato, tamanha era a importância da independência do Brasil para Hipólito, que a publicação do *correio braziliense* foi encerrada em 1822, justamente por causa da proclamação da independência do Brasil, pois segundo Hipólito da

Costa, com isso o *correio braziliense* havia se tornado desnecessário, pois não haveria mais necessidade de se publicar um jornal em território estrangeiro.

Ultimamente, tanto Cairu quanto Hipólito da Costa, por mais que defendessem fielmente o liberalismo, ainda sim procuravam concessões em seus artigos para que tais ideais pudessem ser aplicados à realidade brasileira da época, monarquista e escravocrata. Isso se deve ao fato de que ambos sabiam que seria impossível mudar o país do dia para noite (e nem queriam que isso acontecesse, pois Cairu mesmo era contra choques radicais e acreditava que o país não sobreviveria a uma mudança tão brusca), logo acreditavam ser necessário encontrar um equilíbrio entre o radical e o moderado, para que as mudanças e impactos causados pela implementação do liberalismo pudesse ocorrer de forma gradual e sem grandes choques à sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da revisão bibliográfica utilizada, podemos perceber que apesar do pensamento econômico dominante na época ser o liberalismo, cada facção política tinha sua própria maneira de entender o que é de fato esta corrente, com os grupos mais conservadores interpretando os preceitos do liberalismo econômico e político de forma distorcida e até mesmo contraditória.

Além disso, é possível destacar como essa mistura de liberalismo com o conservadorismo pode ter resultados catastróficos, com a implementação dos presidentes provinciais pelo Brasil sendo um exemplo perfeito disto, pois foi a combinação desta mudança com as políticas incentivando o livre comércio implementadas durante o período regencial o estopim da Revolução Farroupilha por exemplo, pois para os gaúchos, ambas decisões só trouxeram prejuízos para sua economia.

Porém, fica claro que este viés moderado pode ser atribuído aos autores liberais da época, como José da Silva Lisboa e Hipólito José da Costa, que pregavam um liberalismo com concessões, adequado à realidade do Brasil, ao mesmo tempo que o viam como ferramenta para transformar a nação brasileira em um país livre, progressivo e industrializado. De fato, é possível afirmar que pregar um liberalismo mais moderado foi justamente o que permitiu que ambos autores tivessem tanto sucesso em difundir suas filosofias entre as castas políticas, pois caso tivessem apresentado o liberalismo como uma corrente radical e revolucionária, talvez o mesmo não teria se tornado a corrente de pensamento predominante durante o período regencial, e os *liberais exaltados* serem minoria na época é prova disso.

Assim, podemos entender os motivos por trás das políticas implementadas nesta época, mesmo que em retrospecto não façam sentido, ao perceber como a visão de autores como Cairu e Hipólito da Costa eram apenas reflexo da época, pois ambos autores tinham pleno entendimento de que uma revolução radical e imediata seria impossível de ocorrer.

Os *liberais moderados* talvez também vissem o liberalismo da mesma maneira, e por este motivo escolheram seguir uma vertente mais conservadora desta

corrente, por mais que ultimamente suas políticas não tenham conseguido agradar nem conservadores ou liberais e muito menos apaziguar os males sofridos pelo povo brasileiro na época, resultando nas manifestações mencionadas e crises tanto políticas quanto econômicas que assolaram este período.

BIBLIOGRAFIA

SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. *O Brasil Imperial Volume II – 1831 – 1870*. 2ª Ed, São Paulo: Grupo Record, 2010.

PEIXOTO, Antonio Carlos. et al. *O Liberalismo No Brasil Imperial: Origens, Conceitos e Prática*. 2ª Ed, São Paulo: Editora Revan, 2014.

BOSI, Alfredo. *A Escravidão entre Dois Liberalismos*. In: Estudos avançados 2 (3), Dez., 1988.

LYNCH, Christian; *O Conceito de Liberalismo no Brasil (1750-1850)*. Araucaria - Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades, Nº 17, p.212-234, maio 2007.

LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1976.

FILHO, Rubem Barboza. *A modernização brasileira e o nosso pensamento político*. In: Perspectivas, São Paulo, v. 37, p.15-64, jan./jun. 2010.

ROCHA, Antonio Penalves. *José da Silva Lisboa: Visconde de Cairu*. São Paulo: Editora 34, 2001.

COSENTINO, Daniel do Val. *Formação do Pensamento Econômico Brasileiro no século XIX*. Tese de Doutorado. História Econômica, FFLCH-USP, São Paulo, 2016.

CINQUE, Fernanda Regina. PERIOTTO, Marcília Rosa. *Educar para a Nação: Escravidão e Desenvolvimento do Brasil no Pensamento de Hipólito José da Costa*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.17, p.43-57, mar. 2005

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: Teoria e Prática*. São Paulo: Editora Alameda, 2014.

ROCHA, Antonio Penalves. *A Economia Política na Sociedade Escravista*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Hipólito José da Costa: Pioneiro do Pensamento Econômico Brasileiro*. 2010. Disponível em: <https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=55> Acesso em 29/08/2023 as 20 hrs.

OLIVEIRA, Milena Fernandes. *Hipólito José da Costa e as ideias econômicas d'O Correio Braziliense*. Intellèctus, Ano XVI, n. 1, p.106-130, 2017.